



Frente de oposição em discussão

Em mais uma rodada de conversas em busca de unidade da oposição na disputa ao Palácio do Buriti, representantes de oito partidos (PSB, PT, PSol, Rede, PCdoB, PV, PDT e Cidadania) se reuniram na sede do PSB do Distrito Federal. Também estiveram presentes parlamentares e lideranças políticas progressistas, para discutir a possibilidade de construção de uma frente para 2026.

De todos os partidos de esquerda

Foi uma reunião bastante representativa. Entre os políticos que participaram da reunião estavam os presidentes do PSB, Rodrigo Dias; do PT, Jacy Afonso; do PSol; Giulia Tadin, do PCdoB; João Goulart, do PV; Eduardo Brandão (PV), e do Cidadania, o ex-governador Cristovam Buarque. O PDT foi representado por dois dirigentes locais, pois a senadora Leila Barros (PDT-DF), que preside a legenda, está fora de Brasília. O ex-governador Rodrigo Rollemberg (PSB), os deputados distritais Dayse Amarílio (PSB) e Fábio Felix (PSol), o deputado federal Reginaldo Veras (PV-DF) e representantes dos mandatos dos deputados distritais Max Maciel (PSol) e Gabriel Magno (PT) — ambos ausentes porque ainda estão em viagem. Além deles, Ricardo Cappelli (PSB), Leandro Grass (PV), Magela (PT), Marcelo Aguiar (Cidadania) e Madeira (PCdoB) estavam presentes.



União programática

A discussão girou em torno da importância deste campo caminhar unido para as eleições de 2026, uma vez que a frente de direita e centro-direita tem candidatos fortes, competitivos para as próximas eleições. Celina Leão (PP) deve disputar o GDF e Ibaneis Rocha (MDB), o Senado. Segundo políticos que participaram da reunião, para que a unidade da oposição seja possível o grupo deve iniciar um ciclo de debates temáticos e nas cidades. Eles também pretendem fortalecer desde já a atuação em conjunto em agendas importantes para a cidade, como foi o caso da CPI da Saúde, PPCUB e privatização da Rodoviária.

Um prédio não utilizado pela Emater terá nova destinação e passará a atender mais de 200 crianças. A construção abandonada fica no Núcleo Rural São José, em Planaltina, e a Novacap será a responsável pela readequação estrutural no prédio, que se transformará em uma creche pública. A reforma será possível graças à destinação de R\$ 1 milhão em recursos de emenda parlamentar. “Sabemos que a área rural sofre com a falta de estruturas voltadas à educação. Com essa entrega, queremos dar mais uma opção para que as mães tenham um local seguro para deixar seus filhos”, destaca a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania), responsável por destinar a verba. Desde que assumiu o mandato na Câmara Legislativa, a parlamentar já destinou mais de R\$ 16,7 milhões em recursos para escolas públicas dentro do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF).

Creche rural

Divulgação



Evangélicas, progressistas e destemidas

Dayse Amarílio (PSB) quer voltar afiada do recesso. Para isso, desde o início da semana ela está em treinamento com sua equipe, o que faz semestralmente. Hoje, a distrital apresentou aos seus colaboradores uma figura emblemática no atual cenário político brasileiro, a vereadora de Goiânia, Aava Santiago (PSDB). Como Dayse, Aava é evangélica e progressista. Na ocasião, Aava falou sobre sua trajetória, religião e política, mulheres na política e os desafios que se colocam na política brasileira. Segundo Dayse, foi uma tarde muito rica e produtiva.

Isis Dantas/Divulgação



Damares visita Luziânia para discutir ações de combate à violência sexual

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) esteve em reunião com o prefeito de Luziânia, Diego Sorgatto, para discutirem ações de combate à violência sexual contra mulheres e crianças. A reunião, que contou com a participação de representantes das forças de segurança do município e coordenadores do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (Ceam), aconteceu em resposta ao índice divulgado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública que coloca Luziânia entre as cidades brasileiras com maior taxa de estupros (a grande maioria de crianças e adolescentes).



Divulgação

Céu de Brasília, traço do arquiteto...

Ao suspender, por meio de liminar, os efeitos de todas as autorizações, licenças ou permissões de exploração de meios de publicidade e propaganda por meio de painéis eletrônicos, o juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros, da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, citou Djavan. “Quem, conhecendo Brasília, não se encanta com o seu tão famoso e formoso céu, docemente mencionado nos versos de Djavan: “Céu de Brasília, traço do arquiteto...”? Lucio Costa foi não menos poético ao comentar: “O céu é o mar de Brasília”, registrou.

Barganha

O juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros foi incisivo ao tratar do assunto: “Pois é exatamente o céu de Brasília a primeira vítima da proliferação de engenhos publicitários por todo o lado. Troca-se a incolumidade de um aspecto cênico singular por dinheiro, uma barganha que deveria ter contado no mínimo com uma consulta prévia à população brasiliense”.

ED ALVES/CB/D.A.Press



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | LEANDRO GRASS | PRESIDENTE DO IPHAN



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

Ao *CB.Poder*, gestor fala sobre a questão dos painéis de LED irregulares e o seminário sobre soluções urbanísticas para a capital

“Brasília precisa ter sustentabilidade”

» LUIS FELYPE RODRIGUES*

A oposição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em relação aos painéis de LED foi um dos pontos debatidos com o presidente da instituição, Leandro Grass, durante o programa *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a *TV Brasília* — de ontem. As jornalistas Samanta Sallum e Mariana Niederauer, o gestor do instituto também falou sobre o seminário que vai ocorrer entre os dias 6 e 8 de agosto que discutirá soluções urbanísticas para Brasília.

O Iphan realizará em agosto um seminário para discutir os problemas urbanísticos de Brasília depois de 50 anos da realização do primeiro. Como será esse encontro?

Há 50 anos foi realizado um seminário muito importante que ajudou no desenvolvimento e preservação de Brasília. Uma cidade está em constante movimento e, naquela época, se percebia que as mudanças de Brasília seriam muito desafiadoras, com a questão do adensamento, aumento da população, novas demandas de transporte e moradias. Esse seminário foi importantíssimo para que as pessoas



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press

pudessem aprender e pensar soluções para a cidade.

Será em quais dias?

Vai acontecer entre 6 e 8 de agosto e terá parceria da Universidade de Brasília (UnB), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e vários outros segmentos, além da participação de especialistas para pensarmos quais são os problemas atuais e soluções. Isso para Brasília ter sustentabilidade e que possa continuar sendo patrimônio cultural.

Sobre os painéis de LED espalhados pela cidade, qual é a posição do Iphan?

O Iphan sempre tem uma posição de preservação e características urbanísticas da cidade, todas as intervenções que eventual-

mente possam ferir essas características precisam ser avaliadas. A questão dos painéis, acredito que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Justiça decidirão pela suspensão até que haja um estudo mais detalhado, pois (os painéis) interferem não só no paisagismo e na ocupação dos espaços públicos, como também no trânsito. Portanto, precisam ser implementados (caso sejam), com maior segurança e qualidade técnica.

Sobre os riscos desses painéis e trânsito, o Departamento de Estradas e Rodagens (DER-DF) foi questionado para que justamente garanta essa segurança, não é?

Sim, pois é o órgão primeiramente acionado e que autoriza essas implementações.

O Iphan questionou o DER-DF sobre a instalação desenfreada de painéis publicitários, inclusive na área tombada, não é?

É muito comum que, quando intervenções na área tombada acontecem, o Iphan seja automaticamente acionado. De alguma maneira, demanda-se do Iphan uma solução imediata para todas essas questões. Temos uma postura de indicar que a gestão e preservação da cidade são tarefas conjuntas entre o Iphan e GDF. Em vários momentos, provocamos o DER-DF para que fosse construído esse diálogo — técnico — para avaliação de quais tipos de intervenções são possíveis ou não, e se vai haver um padrão ou não. Assim, não deixamos a cidade à mercê de intervenções aleatórias que possam ferir as características principais.

O Iphan está à frente da revitalização da Praça dos Três Poderes. Como será essa atuação?

Neste momento, a Praça dos Três Poderes é objeto de um projeto que está sendo elaborado para uma futura revitalização. Esse projeto consta no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); houve licitação do governo federal, por meio do Iphan, que foi o contratante. Lembrando que estamos tratando

» Questionamentos

Em nota técnica sobre o Projeto de Lei Complementar nº 41 de 2024, que institui o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), apresentada ontem, o Iphan destacou dois pontos de atenção no projeto aprovado pela Câmara Legislativa. Um deles é o aumento do gabarito de hotéis em alguns lotes dos setores hoteleiros Sul e Norte. Para a modificação, a equipe técnica do instituto recomenda estudos urbanísticos prévios de impacto na região. O outro ponto, segundo Leandro Grass, trata-se do trecho que passa a propriedade de áreas livres do CUB para a Terracap, que poderá alterar a natureza das “áreas públicas de uso comum do povo” inscritas em Registro de Imóveis até 1979. “Coloca em risco a manutenção dos espaços livres e verdes que caracterizam o conjunto urbanístico de Brasília. Demonstramos grande preocupação. Quais são esses lotes e onde estão e quais são os potenciais usos?”, questiona Grass.

do do projeto executivo, ou seja, todos os aspectos que se tornarão obra posteriormente.

E a aprovação do PPCUB?

Desde o início, o Iphan, por meio da equipe técnica, vem sendo consultado e dialogando com o poder público local, o GDF, a respeito do PPCUB. O Iphan era consultado e respondia. Isso em que aspecto? Com base na Portaria 166, tais alterações são ok, outras não são etc. Cabe ao GDF acolher ou não essas recomendações. É claro que, prudentemente, ele acolhe (na medida do possível), para que não haja divergência e conflito entre a norma que ele quer aprovar e

a norma federal. Nos últimos três anos essa relação se intensificou. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) vem consultando o Iphan; foram três grandes análises acerca de diversos temas. O PPCUB foi encaminhado para a Câmara Legislativa; a partir dali é praticamente zero a influência do Iphan, a não ser em audiências públicas em que estivemos presentes. Foi justamente ali que tivemos alterações no texto muito significativas, que não passaram pela análise do grupo e que agora estamos analisando.

*Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira